

ACTA N.º 8/2002 – Reunião de 18 de Outubro de 2002

-----**SESSÃO ORDINÁRIA:**-----
-----**REUNIÃO DE DIA 18 DE OUTUBRO DE 2002**-----
-----**ACTA NÚMERO OITO / DOIS MIL E DOIS**-----

-----**COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente** – Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins; **Primeiro Secretário** – José Júlio Martins Barreiras; **Segundo Secretário** – Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício.-----

-----**PRESENCAS:** Estiveram presentes os senhores Lúcia Maria Silva Poseiro (P.S.D.), Abel José Marques Bruno Henriques (B.P.), Jorge Gabriel Duarte Catana Monteiro Martins (P.S.), José Júlio Martins Barreiras (P.S.D.), José Alexandre Fonseca (B.P.), Maria Los Angeles Vinuesa Peña de Oliveira (C.D.U.), Armando Salvador Maia Fonseca (P.S.), Carlos Fernando Faria Duarte (P.S.D.), João Ricardo mateus (B.P.), Paulo Pereira Rodrigues (P.S.D.), Vítor Manuel Ferreira Fonseca (P.S.), Cândido Manuel Patuleia Mendes (B.P.), Paulo Jorge Carvalho Cecílio Patrício (P.S.D.), António Maria Costa Timóteo (C.D.U.), Vítor Fernando Soares Garcia (C.D.S./P.P.), Susana Paula Geraldês Trindade Manco (P.S.), Nuno Manuel Mota Silva (P.S.D.), Aires Daniel Faria Silva (B.P.), João Paulo Hermenegildo (P.S.D.), José António Olliveira Gordinho Leonardo (B.P.), João Manuel Cordeiro Alves (C.D.S./P.P.), José Manuel Gonçalves Vieira (P.S.D.), José João Jesus Ferreira (P.S.D.), Eugénia Maria Piteira Leal (P.S.), Maria Norberta Ponte Ferreira Santos (B.P.) e Joaquim Marcos Henriques (B.P.).-----

-----**OUTRAS PRESENCAS:** Estiveram igualmente presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal António Carlos Albuquerque Álvaro, os senhores vereadores Luis Alberto Camilo Duarte, António José Silva Faustino, Jorge Manuel Costa Pereira, João Carlos Barreiras Duarte e Rui Fernando Figueiredo Viola, a Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos Marina Melo Marques Lemos, o Técnico Superior Nuno Veiga Borges Morais e o Assistente Administrativo Especialista Nuno Fernando Carreira Taborda Ferreira.---

-----Pelas 21.40 horas o senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão que decorreu na sede da Associação, Cultural, Desportiva e Recreativa do Cintrão.-----

-----**DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO DE ÁREA AFECTA À REN PARA INSTALAÇÃO DE PARQUE EÓLICO NA COLUMBEIRA:** O senhor Presidente da Câmara disse que este pedido visa dotar o concelho de uma mais valia considerável e de capacidade negocial face à EDP. Julga curial que a Assembleia Municipal possa realçar o que achar de interesse preservar sendo os elementos devidamente apreciados aquando da apreciação do respectivo projecto. Lembrou que a batalha da Roliça teve lugar há cerca de 200 anos e quando se julgou necessário fazer a E.N. 8-4 não se destruíram elementos de raiz histórica e paisagística.-----

-----O senhor Abel Henriques (B.P.) lamentou ter de dizer que mais uma vez esta Assembleia é tratada com desrespeito pelo executivo sendo visível o ar de maçada com que os tratam. A Assembleia Municipal é órgão mais representativo do povo do concelho e é aqui que são tratadas as questões mais relevantes. Quando se desrespeita a Assembleia Municipal desrespeita-se o povo do Bombarral. Nalguns casos as informações chegam na véspera e não explicam nada. Solicitou esclarecimentos sobre o que é e qual o curriculum da empresa TECNEIRA, que parques eólicos já construiu, qual a dimensão dos aero-geradores, se foi feito algum estudo de impacto ambiental, quais as contrapartidas para a autarquia, se foram contactadas outras empresas do ramo, qual o título de legitimidade que esta empresa tem para utilizar os terrenos em causa, se foram contactadas outras empresas do ramo, se não existiam outros espaços já rasgados pela mão humana e sobre os elementos solicitados pelo ofício da DRAOTLVT de 10.12.2001. Gostaria de ser esclarecido sobre estas matérias. Leu um anúncio que circula na Internet relativo a aquisição de terrenos para parques eólicos, bem como um

ACTA N.º 8/2002 – Reunião de 18 de Outubro de 2002

ofício que recebeu da Comissão de Melhoramentos da Columbeira e fez referência a uma intervenção do presidente da ANMP no boletim 106 daquela associação relacionado com esta matéria. Considerou que a Câmara tem uma postura reactiva e não activa. Se as coisas correrem mal terão problemas como os sucedidos na Maceira. Apresentou uma moção sobre esta matéria que será objecto de apreciação e votação após a ordem do dia.-----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (P.S.D.) salientou os aspectos positivos deste projecto mas considerou que não se pode deixar de ter em consideração o impacto sobre a área de implantação. No caso do Picoto há que ter em consideração aspectos como o parque arqueológico e o interesse histórico do local de uma batalha onde morreram 1200 homens e que marcou a viragem na ocupação francesa. Lembrou a existência de moinhos de água de diversas épocas e de um projecto turístico para a zona que dificilmente será compatível com este tipo de investimento.-----

-----O senhor António Timóteo (C.D.U.) lembrou que o povo na sua sabedoria diz que as cadelas apressadas parem os cães cegos. Solicitou esclarecimentos sobre a quem pertencem os terrenos, qual a área ocupada, qual a empresa responsável, se existe estudo de impacto ambiental e qual o período de duração do contrato de exploração.-----

-----O senhor presidente da Câmara esclareceu que a empresa que apresentou o pedido é uma empresa nacional, não sendo curial tratar da celebração de qualquer protocolo por razões diversas. O pedido de viabilidade foi endereçado ao Ministério do Ambiente para análise do ponto de vista ambiental tendo os serviços informado o processo do ponto de vista da implantação mas não vão estar distraídos na análise dos elementos. Foi já definido o ponto de entrega que será na Atouguia da Baleia, sendo os acessos às infra-estruturas da responsabilidade dos empreendedores. O presidente da Câmara não tem qualquer relação com a empresa e não é a primeira vez que empresas que operam no concelho apoiam actividades da autarquia. Não o aborrece o facto de classificarem de enfadonho seu esforço para prestar esclarecimentos. Não tem horário nem tempo de prestação de informações. A Assembleia Municipal tem todas as permissas para não passar um cheque em branco e colocar todas as salvaguardas que entender. Quanto ao empreendimento na turístico disse que na parte do Picoto abrangida não há qualquer infra-estrutura. Quanto á intervenção da CDU disse que tem referido alguns adágios populares mas nunca ao nível do utilizado. Lembrou que existem parques eólicos a funcionar em diversas partes do país. A legislação prevê um mínimo de 2,5% das verbas entregues á EDP mas nalguns casos vai em 7 ou 8 %.-----

-----O senhor João Manuel Alves (C.D.S./P.P.) disse que as suas dúvidas continuam a ser mais do que muitas. É favorável a este tipo de energia mas os elementos de que dispõe estão muito aquém do que necessita. Gostaria de saber a localização dos geradores 4 e 5 que não estão em REN. Perguntou que contrapartidas esta instalação trará para a Câmara Municipal e para a Junta de Freguesia de Roliça.-----

-----A senhora D. M.^a Los Angeles (C.D.U.) disse que neste concelho continúa a haver um princípio que é o de começar as construções pelo telhado. Era importante saber-se o que se quer para aquela zona e qual o aproveitamento que se vai fazer. Pergunta se mais uma vez não se estará a hipotecar aquilo que se deveria salvaguardar metendo pelo meio outras construções que podem pôr tudo em causa. É bom não se esquecer que a mais valia do Vale do Roto é a sua paisagem e o ambiente de regressão no tempo. A implantação de um parque de energia eólica sem a devida informação á população que vai ser mais afectada é ir contra o princípio base da democracia e da aproximação aos eleitores. É evidente que não pode concordar que digam para não se preocupar porque o que vão dizer é só que é de interesse público e depois é que virá o projecto. Parece que estão a brincar. Logo na primeira reunião

ACTA N.º 8/2002 – Reunião de 18 de Outubro de 2002

desta sessão disseram que não tinham todos os elementos de que necessitavam. Se o estudo de impacto ambiental é vinculativo então não há necessidade de fazer este pedido á Assembleia Municipal. Nunca passam cheques em branco nem tomam decisões sem estarem devidamente informados. Volta a perguntar de quem é a propriedade do terreno.-----

-----O senhor Abel Henriques (B.P.) considerou que há questões que devem ser esclarecidas. O presidente da Câmara insinuou que teria dito que o presidente da Câmara tinha ligações a empresa. Requer cópia da gravação á mesa. Nunca lhe vão ouvir observações dessas e sempre faz afirmações objectivas. Foi o presidente da Câmara quem há duas reuniões fez considerações sobre a sua personalidade. Lembrou que o senhor presidente da Câmara não respondeu a parte das questões colocadas.-----

-----O senhor presidente da Câmara disse que a não referência aos geradores 4 e 5 é porque apenas está em causa a REN. Em relação ás contrapartidas para a Junta de Freguesia de Roliça, disse que tendo em conta a base de receitas mais folgadas logo as autarquias terão a respectiva correlação. Perguntou o que teriam pensado os nossos antepassados aquando da colocação dos primeiros moinhos. O que está em causa é a apreciação de um pedido de viabilidade de instalações, só depois virão as questões mais concretas. Quanto á propriedade dos terrenos disse não ter informações directas mas sabe que alguns proprietários diz<em já ter transmitido os terrenos.-----

-----O senhor arquitecto Nuno Morais prestou alguns esclarecimentos sobre a localização dos geradores 3, 4 e 5.-----

-----O senhor Cândido Patuleia (B.P.) disse parecer que nem o senhor arquitecto sabe onde os geradores vão ficar. A Assembleia de Freguesia, quando há problemas específicos desloca-se aos locais ver o que se passa. Acha estranho haver uma acção reactiva por parte da Câmara que foi empurrada por um pedido apresentado. Lembrou que o que é necessário neste caso é esventrar zonas protegidas e abrir estradas com amplitude para camiões de 40 toneladas. A titulo comparativo disse que se se colocarem mais dois andares em cima do prédio existente na Praça da República vê-se a altura que terá um aero-gerador. Querem energias limpas e renováveis mas querem saber onde. O presidente da Câmara está sozinho a defender este projecto.-----

-----A D. Susana Manco (PS.) disse que a única coisa que o P.S. apoia são os bons projectos e nada mais. Iam referir tudo aquilo que já foi dito. São favoráveis a qualquer uma das energias renováveis aprovadas pelo Conselho de Ministros da União Europeia. Também sabem que tem havido uma invasão de empresas a solicitarem projectos ás Câmaras Municipais porque está esgotada a quota portuguesa para parques eólicos. Qualquer que seja a alteração á paisagem existente vai sempre chocar. Se querem ter um melhor ambiente não devem ser hipócritas e ter extremismos ecológicos. Ninguém consegue elaborar um projecto destes sem causar impacto ambiental. Existe falta de definição de ordenamento do território por parte da Câmara Municipal. Pergunta qual é o interesse municipal. A avaliação de impacto ambiental nunca é feita pela Câmara Municipal e deveria ter havido consultas á população. Não se pode ignorar as populações quando está em causa algo que mexe com hábitos e com o impacto visual. -----

-----O senhor Nuno Mota (P.S.D.) disse que “o que nos leva hoje a estar aqui hoje para nos pronunciarmos sobre este projecto é o facto de alguns destes geradores estarem em espaço REN, porque os que estão em espaço RAN esta assembleia não se irá pronunciar. O que se pede agora é que nos pronunciemos sobre o reconhecimento de acção de interesse público para utilização de uma área em espaço REN. Ainda estamos na fase de informação prévia e cabe nesta fase ás várias entidades a serem ouvidas e pronunciarem-se sobre as

ACTA N.º 8/2002 – Reunião de 18 de Outubro de 2002

condições a que devem obedecer os projectos, como a salvaguarda do património existente, a integração paisagística e os aspectos ambientais, antes de estes passarem á fase de apreciação para licenciamento, por isso ao votarmos favoravelmente sobre o interesse público da construção dos parques eólicos temos a grande oportunidade de fazer algumas recomendações á Câmara e naturalmente á DRAOT e á DGE por isso acho que é possível a compatibilização dos parques eólicos com a preservação do património existente. Também temos de considerar que com a construção do parque eólico a criação de energia alternativa não poluente, que estamos a contribuir para a não dependência de energias vindas do exterior, assim como permitirá baixar os custos de energia para os contribuintes. Também contribuirá com benefícios directos para o município (contribuições e participações previstas na lei).”-

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PS.D.) disse que os aspectos técnicos do projecto não são relevantes para a decisão da Assembleia Municipal. Interessa-lhe saber qual a área de protecção aos aero-geradores. O verdadeiro interesse para as populações da Roliça é o desenvolvimento de um projecto turístico. Gostava de saber qual a posição da senhora presidente da Junta de Freguesia de Roliça. Um dos aero-geradores está próximo de um moinho nas proximidades do parque de campismo que fica prejudicado. Acha muito bem que as populações se pronunciem. Cada aero-gerador renderá anualmente á autarquia 1.000 contos. Ainda bem que a quota de produção de energia está esgotada.-----

-----O senhor presidente da Câmara disse que quando esta questão foi aventada na A.M.O. referiu que seria interessante esta associação desenvolver a procura de instrumentos e a descoberta de pontos de interesse para a energia eólica não tendo havido grande receptividade. Não é segura a afirmação de que o presidente da Câmara está sozinho a defender este projecto, porque na Câmara Municipal o mesmo foi aprovado por unanimidade e teria sido interessante ver qual a posição do único vereador que não estava presente. -----

-----A senhora presidente da Junta de Freguesia de Roliça disse desconhecer qualquer participação para a sua autarquia derivada deste projecto mas nem é isso que interessa mas sim defender a paisagem única que têm. Lembrou a existência de uma grande azenha a funcionar e que precisava de ser limpa, das grutas visitadas por dezenas de jovens, sendo um apena que seja nessa zona que vão pôr um parque eólico. O problema é o acesso, a menos que seja feito pelo lado do Reguengo. Há bem pouco tempo a Câmara efectuou um levantamento para serem classificados moinhos e é uma pena queiram pôr dois monstros ao lado dos moinhos, um dos quais a funcionar. Julga saber que os terrenos em causa são património da população da freguesia da Roliça e a presidente da Junta de Freguesia está ao lado da população. -----

-----O senhor João Manuel Alves (C.D.S./P.P.) disse estar mais preocupado com os aero-geradores 4 e 5 porque conhece bem o local. Disse que mais uma vez as questões técnicas ficaram por responder. Gostaria de saber qual a distância de protecção.-----

-----A D. M.^a Los Angeles (C.D.U.) disse que a intervenção do senhor presidente da Câmara levaria a pensar que tem posições retrógradas por incapacidade de entender o devir histórico o que seria uma negação da sua formação profissional. É bom que o senhor presidente da Câmara tenha presente que a salvaguarda do património não é incompatível com o progresso. -----

-----O senhor presidente da Câmara disse que o projecto que engloba os moinhos +e algo que está a ser tratado através do Leader e da A.M.O. e outros moinhos serão contemplados. O acesso ás infra-estruturas vai ser feito através da Lourinhã. Quanto aos contratos de arrendamento tanto quanto sabe foram feitos pelos titulares dos terrenos. -----

ACTA N.º 8/2002 – Reunião de 18 de Outubro de 2002

-----O senhor presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que já depois da 1.ª reunião desta sessão foi contactado pela Comissão de Melhoramentos da Columbeira que lhe entregou a missiva já referida. Na altura referiu que tendo já decorrido o período antes da ordem do dia não podia ler a missiva pelo que sugeriu entrega de cópia da mesma aos grupos municipais. A moção do Bombarral Primeiro não pode ser discutida no período da ordem do dia pelo que a Mesa a rejeita, podendo no entanto ser apreciada no período após a ordem do dia, desde que seja reconhecida a urgência de deliberação imediata.-----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (P.S.D.) declarou que “atendendo a que os empreendimentos baseados em energias renováveis ou outras tecnologias não poluentes, implantadas ou a implantar no concelho do Bombarral merecem da minha parte o melhor acolhimento, na medida em que concorrerem para o objectivo mundial de redução de gases tóxicos para a atmosfera e redução da produção de resíduos poluentes. O conjunto formado pela Serra do Picoto, Vale do Roto e Planalto das Cezaredas constitui um dos notáveis acidentes tectónicos do país. A paisagem é toda ela beneficiada pela extraordinária vista que alberga, sobre uma vasta área. Beneficia ainda, da existência de um afluente do Rio Real, ladeado pela E.N. 8-4, na base do vale de várias nascentes de água, nas pendentes serra. A Serra do Picoto foi palco do mais feroz confronto entre os exércitos anglo-luso e francês, a 17 de Agosto de 1808, na Batalha da Roliça, perderam a vida cerca de 1200 homens entre os quais o Tenente Coronel Lake, oficial britânico, sepultado nesta serra, onde se pode encontrar um pequeno e valioso monumento. Por outro lado, as grutas existentes em ambas as pendentes do vale e os achados já consumados, de reconhecida importância, constituem um forte motivo de interesse para a nossa história, em particular para os arqueólogos. Nas margens do rio e nascentes já referidas, encontram-se várias azenhas de modelos e épocas diferentes, em estado de conservação bastante interessante. Nos pontos altos existem vários moinhos de vento. Também se pode observar, relativamente próximo do túmulo do Tenente Coronel Lake um castro e ruínas romanas. Desde há muito que é reconhecido o grande potencial turístico do local. Isso mesmo é patente no Plano Director Municipal do Bombarral. Os aspectos enumerados e outros nas aldeias vizinhas, constituem razão para frequentes visitas turísticas nacionais e estrangeiras. Encontram-se aqui milhares de anos de história, surpreendente pela beleza natural, pela quantidade e diversidade de motivos de interesse. O parque de campismo em fase de conclusão, implantado no Picoto, parte integrante da estratégia de desenvolvimento turístico previsto pelas autarquias envolvidas. Votarei favoravelmente este ponto da ordem de trabalhos solicitando à Câmara Municipal que preserve os aspectos mencionados da melhor forma possível e que todos esperamos que os aero-geradores 4 e 5 são os que ferem os interesses de natureza variada nomeadamente património ambiental e paisagístico, património histórico e arqueológico, património edificado e desenvolvimento turístico do local.”-----

-----A D. Susana Manco (P.S.) considerou louvável o volte face na posição do deputado João Paulo Hermenegildo. Ninguém precisa de vir aqui fazer o relatório histórico do que lá se passou. Não é a Assembleia Municipal que tem de recomendar à Câmara que faça recomendações à TECNEIRA. Estão aqui para discutir se este projecto é ou não de interesse público. -----

-----Colocada a questão á votação foi deliberado por maioria não reconhecer o interesse público de área afecta á REN para instalação de parque eólico na Columbeira, com 15 votos de reprovação (8 do B.P., 3 do P.S., 2 do C.D.S./P.P. e 2 da C.D.U.), 2 abstenções (2 do PS.) e 9 votos de aprovação (9 do P.S.D.).-----

-----**DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO DE ÁREA AFECTA Á REN PARA INSTALAÇÃO DE PARQUE EÓLICO NO PÓ:** O senhor Presidente da Câmara reafirmou o

ACTA N.º 8/2002 – Reunião de 18 de Outubro de 2002

interesse da energia eólica permitindo as virtualidades desde sistema. As vias de acesso serão através das Cezaredas. -----

-----O senhor Abel Henriques (B.P.) disse que os argumentos são os mesmos expendidos no ponto anterior. Apresentou uma moção requerendo que seja reconhecida a urgência de deliberação imediata da mesma. -----

-----O senhor Paulo Pereira (P.S.D.) disse que um aero-gerador não é nenhum monstro ou mamarracho e pode ser bonito se as infra-estruturas foram bem camufladas. -----

-----O senhor João Manuel Alves (C.D.S./P.P.) considerou que este tema já está bastante dissecado, fazendo suas as palavras do deputado Abel Henriques de que a informação continua a ser pouca. As diferenças entre os dois parque eólicos prendem-se com a intervenção das Juntas de Freguesia que no caso do Pó já terá tido alguma intervenção no processo. Do seu ponto de vista as circunstâncias são diferentes. -----

-----O senhor Armando Salvador (P.S.) disse que ninguém está contra os parques. O que se está a ver é que ninguém sabe qual é o local e o que é que os mesmos representam para a paisagem. O que precisam é de esclarecimentos e as populações precisam de ser ouvidas. --- -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (P.S.D.) disse que numa linha de coerência diria que o parque eólico do Pó não há tantos impedimentos do ponto de vista do património histórico. Pensa que a população do Pó está receptiva a este parque. -----

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Roliça disse não ser contra os parques eólicos, antes pelo contrário. Pensa que o deputado do PS.D. não conhece o Picoto e a Azambujeira e é por isso que falou da maneira como falou. Falou em monstruoso e não em monstro. Sugeriu que coloquem os aero-geradores noutra sítio que não no Picoto. -----

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia do Pó informou que quer a Junta de Freguesia quer a Assembleia de Freguesia do Pó já manifestaram o seu interesse neste projecto. A falta de informação por parte da Câmara Municipal é relevante porque já devia estar mais bem informada. Gostaria de obter informações concretas em termos técnicos. Não lhe parece que em termos arqueológicos, paisagísticos e de património esta possa ser uma zona sensível sendo propícia a instalação destas máquinas. -----

-----A D. M.^a Los Angeles (C.D.U.) disse que depois da intervenção da senhora presidente da Junta de Freguesia do Pó ficou claro que não é só a Assembleia Municipal que desconhece o projecto. Em relação a este parque considerou que á partida não terá as condicionantes do parque da Columbeira. Só precisavam de um mínimo de informação para terem uma posição diferente mas mais uma vez não lhes foi dada a informação solicitada. -----

-----O senhor presidente da Junta de Freguesia do Carvalho manifestou-se favorável a este tipo de energia tendo pena que a sua freguesia não seja bafejada com o mesmo investimento porque tem locais que poderiam servir de forma simples e sem ferir a paisagem. Colocou-se á disposição da Câmara para arranjar uma solução. -----

-----A D. Susana Manco (P.S.) disse que pensava que o projecto não era da Câmara mas em face da intervenção do senhor presidente da Junta de Freguesia de Carvalho parece que é. O que a senhora presidente da Junta de Freguesia do Pó referiu é que apesar da pouca informação já está um pouco mais á frente. Solicitou informação sobre a distância destes aero-geradores em relação ás habitações. -----

-----O senhor presidente da Câmara Municipal disse que se não forneceu mais elementos é porque os mesmos não constam do processo. -----

-----O senhor arquitecto Nuno Morais disse que a distância dos aero-geradores em relação ás habitações é de cerca de 500 metros. -----

ACTA N.º 8/2002 – Reunião de 18 de Outubro de 2002

-----O senhor presidente da Junta de Freguesia do Carvalhal disse que o projecto não é da Câmara mas sim da TECNEIRA. Reconhece a existência de algumas condicionantes no Picoto pelo que se coloca á disposição para o Bombarral não perder este investimento. -----

-----O senhor Victor Garcia (C.D.S./P.P.) disse pensar que se está perante uma situação totalmente diferente da anterior. Embora lamentando a falta de informação vai ter uma posição diferente. -- -----

-----Pelas 00.18 horas, a pedido do P.S.D. foram os trabalhos interrompidos por 5 minutos. --- -----

-----Pelas 00.32 horas foram os trabalhos reatados com a presença de todos os membros da Assembleia. -----

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Roliça disse que na sua freguesia também há encostas boas para um parque eólico, não concorda é coma localização no Picoto.

-----O senhor Cândido Patuleia (B.P.) disse que as posições da sua bancada se mantém devido á falta de informação. Crê que ninguém sabe muito bem quem é esta empresa. Não foi feito um estudo aprofundado do parque eólico na periferia do concelho. A Junta de Freguesia e a população do Pó têm a mesma falta de informação. Considerou que não se deve estragar porque depois é tarde. São a favor dos parques eólicos mas hoje não podem votar a favor por falta de informação. -----

-----O senhor Paulo Pereira (P.S.D.) referiu que a votação anterior se referia a 3 geradores mas foi baseada em 2 outros geradores que não ficam em REN. É preciso cuidado para não deixar colocar geradores em locais que depois não carecem de vir á Assembleia Municipal. - -----

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia do Pó disse que a sua freguesia está deveras interessada nesta implantação. Será o Ministério do Ambiente a reflectir sobre as condicionantes. As populações também irão beneficiar porque haverá contrapartidas que ajudarão o Pó a crescer. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (P.S.D.) disse que acaba de surgir um dado novo que são as contrapartidas para as Juntas de Freguesia. -----

-----O senhor Presidente da Câmara disse que a questão referida se refere aos interesses patrimoniais de que a Junta de Freguesia é detentora. -----

-----Colocada a questão á votação foi deliberado por maioria reconhecer o interesse público de área afecta á REN para instalação de parque eólico no Pó, com 16 votos de aprovação (9 do P.S.D., 5 do P.S. e 2 do C.D.S./P.P.) e 10 votos de reprovação (8 do B.P. e 2 da C.D.U.). -- -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO-** O grupo municipal da C.D.U. declarou que. “o nosso voto contra não é contra a implantação de um parque de energia eólica que á partida defendemos, mas é sim resultado da falta de informação no que respeita ao projecto que está em vias de ser implementado. Mais, já que uma declaração de impacto ambiental favorável é de imediato vinculativa para retirar o território da REN, a nossa decisão não inviabiliza nada, mas permite que no futuro não sejamos acusados de ter tomado decisões no escuro.” -----

-----**IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS VISANDO MELHORAR A COMUNICAÇÃO E INTERACÇÃO ENTRE A ASSEMBLEIA MUNICIPAL E OS MUNICÍPIOS – EDIÇÃO DE UM GUIA E CRIAÇÃO DO GABINETE DE ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO-** Presente proposta do Bombarral Primeiro sobre o tema em epígrafe foi a mesma colocada á discussão. -----

ACTA N.º 8/2002 – Reunião de 18 de Outubro de 2002

1. A Assembleia Municipal deve editar um folheto e distribuí-lo pela população do concelho, escrito com linguagem acessível, do qual constem os direitos dos munícipes e o modo do seu exercício. Trata-se basicamente de um guia do munícipe, sob a forma de sinopse e para cuja elaboração, deverá ser solicitada a colaboração da administração central.-----

2. Concomitantemente com a distribuição do folheto referido em 1, deverão ser realizadas, em colaboração com as Juntas de Freguesia e as colectividades concelhias, sessões de esclarecimento sobre o conteúdo do mesmo no maior número possível de localidades.-----

3. Deverá ser instituído um gabinete de atendimento da Assembleia Municipal ao munícipe, com funcionamento, numa primeira fase experimental, ao primeiro e terceiro Sábado de cada mês, durante a parte da manhã, ajustando-se posteriormente o horário, em face da procura verificada.-----

4. O atendimento deverá ser feito por um membro da Mesa da Assembleia Municipal, em regime rotativo, co-adjuvado por um técnico jurista do quadro de pessoal da Câmara Municipal.

5. Deverá ser criada uma comissão eventual para elaboração do Regulamento do Gabinete da Assembleia Municipal de Atendimento ao Munícipe, do qual deverão constar obrigatoriamente as regras de acesso, a delimitação material do âmbito, o modo de funcionamento, o registo em formulário próprio e arquivo das questões colocadas, os requisitos do relatório a apresentar pelo Presidente da Assembleia Municipal, no período que antecede a ordem do dia de cada uma das reuniões ordinárias, nomeadamente, a justificação do agendamento ou não dos assuntos colocados pelos munícipes. Caberá ainda à Comissão ponderar da necessidade ou não de alteração do regimento da Assembleia Municipal e, se for caso disso, elaborar a respectiva proposta de alteração.-----

6. Face à actual situação financeira do município, a comissão referida no número anterior deverá ser composta por apenas cinco membros, um em representação de cada um dos grupos municipais, o que proporcionará ganhos acrescidos de eficácia e celeridade, sem pôr em causa o princípio da proporcionalidade da representação democrática, na medida em que a comissão apenas elabora uma proposta, que só se transformará em regulamento depois de discutido e votado pelo plenário.-----

7. Caberá ao presidente da Assembleia Municipal, co-adjuvado pelos restantes membros da Mesa e por técnicos do município, iniciar e dirigir o processo que conduza à publicação do folheto referido em 1, e a programação das sessões de esclarecimento previstas no antecedente ponto 2.”-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que com alguma antecedência o Bombarral Primeiro fez chegar esta proposta para inclusão na ordem do dia e, apesar de não vir subscrita por um número mínimo de deputados municipais, entendeu agendá-la porque é de louvar que os deputados municipais tenham a iniciativa de solicitar à Mesa a inclusão de pontos na ordem do dia. Exortou os restantes grupos a fazerem o mesmo, dando os seus parabéns ao Bombarral Primeiro.-----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) considerou a proposta apresentada totalmente ilegal porque compete à Assembleia Municipal fazer o atendimento ao público, encaminhas as questões e resolvê-las. Se o Bombarral primeiro pretende fazer o atendimento ao público deve fazê-lo por si e não com o recurso a meios elevados para a autarquia. Considerou existir uma subversão das coisas. Pensa que os bombarralenses sabem ler português e o folheto pode ser redigido em linguagem normal.-----

-----A senhora D. M.ª Los Angeles (CDU) disse serem defensores da aproximação entre eleitos e eleitores. Gostariam de saber o dia, hora e local em que os vereadores sem pelouros fazem atendimento ao público. No que respeita à Assembleia Municipal entendem a pertinência

ACTA N.º 8/2002 – Reunião de 18 de Outubro de 2002

da proposta mas propõe a seguinte alteração ao ponto 4. “o atendimento deverá ser feito rotativamente por um membro de cada grupo da Assembleia Municipal em conjunto com um membro da Mesa da Assembleia Municipal.” -----

-----O senhor Manuel Patuleia (BP) disse que por definição a Assembleia Municipal é a caixa de ressonância dos interesses e preocupações das populações. Esta casa tem de ser a ligação a juzante e a montante com o executivo. Não os choca a solução proposta pela CDU. Na 1.ª sessão esta bancada pediu a criação de um gabinete de atendimento ao munícipe o que não teve resolução. Considerou importante esta abertura. -----

-----A D. Susana Manco (PS) disse haver algumas questões que gostava que ficassem respondidas. Congratulou-se com a ideia. Estão aqui para as populações e têm de as ouvir. No objectivo da proposta estão de acordo mas há questões que fazem alguma confusão como a questão dos custos previsionais. Dado que não existe orçamento para esta proposta de onde vai ser retirada a verba? A questão do gabinete de atendimento deve ser consagrada mas para grupos de trabalho que analisam problemas concretos. Ao criar-se este gabinete seriam as questões básicas que são colocadas no dia a dia e sentir-se-iam frustrados porque estão a ouvir situações que conhecem e a transmiti-las às comissões e aos vereadores. Iriam estar de mãos atadas para resolver os problemas. Lembrou que quando ocorrem as sessões descentralizadas fazem reuniões com as associações. Estão totalmente de acordo com o objectivo. Gostariam de saber de onde se vai tirar o dinheiro e se é de facto necessário um gabinete para cumprirem as funções para que foram eleitos. -----

-----Pela 01.00 horas o senhor presidente da Mesa colocou a questão do prolongamento da sessão até às 02.00 horas não tendo havido qualquer oposição. -----

-----O senhor Abel Henriques (BP) disse ter percebido a intenção do PSD mas não concorda. Não percebeu a posição do PS porque estão de acordo com o objectivo mas não fizeram nenhuma proposta. Se calhar não estiveram atentos á leitura da proposta. O âmbito destas questões são as que podem ser discutidas na Assembleia Municipal. Ninguém pretende que este gabinete vá discutir se não foi feito um passeio ou se saltou a tampa de esgoto. Quanto á questão financeiramente obviamente terá cabimento no orçamento para 2003. É uma proposta aberta e o que pode haver de senhas de presença é um investimento porque esta proposta vai trazer responsabilidades para toda a gente. -----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) lembrou que houve uma comissão que aprovou o regimento que prevê a regra da proporcionalidade na composição das comissões, pelo que esta proposta viola o regimento. A lei 169/99 diz que a Assembleia Municipal é o órgão deliberativo e é a Câmara Municipal quem tem competência para atender o público. Há uma série de artigos da lei que são violados com esta proposta. Se o Bombarral Primeiro entende necessitar de um gabinete para atender o público, pode fazê-lo alugando um espaço para o efeito. -----

-----O senhor João Manuel Alves (CDS/PP) disse que a proposta tem referidas algumas das suas preocupações de procurar transmitir aos munícipes o teor das deliberações. Os pontos 1 e 2 da proposta vêm de encontro as suas preocupações. Em relação ao ponto 3 e em função das dificuldades económicas da autarquia pensa que 2 fins de semana por mês é demais, propondo que seja apenas um. -----

-----O senhor Paulo Pereira (PSD) disse que gostaria de saber para que servirá este grupo se não for para resolver as questões referidas. Lembrou que estas sessões descentralizadas são para facilitar a vinda do público mas este não aparece. -----

-----O senhor Abel Henriques (PSD) perguntou se por atender o público a Assembleia Municipal passa a ser um órgão executivo. Acha de cabo de esquadra que se refiram os custos

ACTA N.º 8/2002 – Reunião de 18 de Outubro de 2002

desta comissão e depois se diga que esta deve ter 10 elementos. Considerou razoável a proposta do CDS/PP pelo que a aceita.-----

-----A D. Susana Manco (PS) disse não ter lido mal a proposta. O que se propõe é a instituição de um gabinete de atendimento da Assembleia Municipal. Aquilo que referiu corresponde às abordagens que lhe são feitas no dia a dia. Se isso não corresponde ao dia a dia dos outros elementos é porque não vivem nem trabalham cá. A bancada do PS está aqui com espírito de serviço e não precisam só disto para trabalhar. Concorda com os pontos 1 e 2 da proposta mas são eles quem tem de mostrar às populações o que fazem.-----

-----O senhor João Paulo Hermenegildo (PSD) solicitou o parecer da senhora Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos sobre esta proposta.-----

-----A senhora Chefe da Divisão Administrativa e Recursos Humanos disse que a análise que poderá eventualmente ser feita se centra nas competências da Câmara e da Assembleia Municipal. Disse não decorrer do articulado da lei que seja competência da Assembleia Municipal o atendimento ao público que é uma competência da Câmara Municipal. Possivelmente esta proposta implicará uma alteração ao regulamento da estrutura orgânica autarquia.-----

-----O senhor Abel Henriques (BP) sugeriu que se vejam as ordens do dia da Assembleia Municipal para ver se se encontra alguma discussão sobre tampas de esgoto. Que saiba esta é a casa de todos os que cá nasceram e dos que cá trabalham. Obviamente que compete à Assembleia estabelecer o seu regimento e não existe nenhuma norma na lei que condicione este órgão de criar mecanismos de audição dos munícipes.-----

-----O senhor presidente da Junta de Freguesia de Bombarral louvou o trabalho do Bombarral primeiro na elaboração desta proposta que deu muito trabalho e tem algum sentido. Mas não pode deixar de concordar com a D. Susana Manco porque o gabinete de atendimento ao munícipe já existe na pessoa dos vereadores, deputados municipais e de todos quantos se interessam pelos problemas do concelho. Esse gabinete já funciona, e funciona em pleno. Mais do que criar este gabinete importa continuar o trabalhos dos deputados municipais para a resolução dos problemas.-----

-----O senhor Abel Henriques (BP) lembrou a questão relacionada com a composição da comissão. Quem não concordar pode fazer uma proposta de alteração. Não estando todos de acordo com esta proposta ela não tem condições para vencer porque teria de ser por unanimidade. Pergunta se a mesa sanciona ou não este entendimento.-----

-----O senhor presidente da Mesa da Assembleia disse que a constatação da questão colocada só se poderá verificar após a votação. Parece-lhe que é uma questão que se poderá pôr.-----

-----Colocada a proposta á votação com as alterações introduzidas foi a mesma aprovada com 12 votos a favor (8 do BP, 2 do CDS/PP e 2 da CDU), 5 abstenções (5 do PS) e 9 votos contra (9 do PSD).-----

-----O senhor presidente da Mesa da Assembleia disse que uma vez que o regimento dispõe a forma de constituição das comissões, esta proposta deveria ter sido aprovada por unanimidade, pelo que não produzirá efeitos dado não respeitar a forma legal.-----

-----**APOS A ORDEM DO DIA** -----

-----**PARQUE EÓLICO DA COLUMBEIRA** - Foi deliberado por maioria com 17 votos a favor (8 do BP, 5 do PS, 2 do CDS/PP e 2 da CDU), 1 abstenção (1 do PSD) e 8 votos contra (8 do PSD) reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre a seguinte proposta apresentada pelo grupo do Bombarral Primeiro-----

-----“Considerando-----

ACTA N.º 8/2002 – Reunião de 18 de Outubro de 2002

a) a falta de informação relativa ao projecto de instalação de um parque eólico na Columbeira--
b) A preocupação evidenciada pela Associação de Melhoramentos da Columbeira, através de carta cuja cópia se anexou, da qual a Assembleia Municipal também comunga.-----

-----A Assembleia Municipal recomenda á Câmara Municipal de Bombarral que promova um esclarecimento público na Columbeira – Azambujeira dos Carros, tendo em vista o esclarecimento dos munícipes destas localidades, sobre todos os aspectos da implantação do projectado parque eólico e da sua compatibilidade com o plano de salvaguarda do Picoto / Vale do Roto – Columbeira.”-----

-----Foi deliberado por maioria aprovar esta proposta com 17 votos a favor (8 do BP, 5 do PS, 2 do CDS/PP e 2 da CDU), 2 abstenções (2 do PSD) e 7 votos contra (7 do PSD).-----

-----PARQUE EÓLICO DO PÓ – Foi presente a seguinte proposta “considerando a falta de informação relativa ao projecto de instalação de um parque eólico no Pó, nomeadamente o impacto paisagístico e ambiental.-----

-----A Assembleia Municipal recomenda á Câmara Municipal de Bombarral que promova um esclarecimento público no Pó, tendo em vista o esclarecimento dos munícipes desta freguesia, sobre todos os aspectos da implantação do projectado parque eólico.”-----

-----Colocado á votação o reconhecimento de urgência nesta deliberação verificaram-se 16 votos a favor (8 do BP, 5 do PS, 1 do CDS/PP e 2 da CDU), 2 abstenções (1 do PSD e 1 do CDS/PP) e 8 votos contra (8 do PSD), pelo que não existindo maioria de dois terços não foi reconhecida a urgência de deliberação imediata.-----

-----Pelos 02.00 horas foi a sessão encerrada, e lavrada a presente acta que vai ser devidamente assinada pelos membros da Mesa depois de lida e achada conforme.-----

O Presidente:

O 1.º Secretário:

O 2.º Secretário: